

The background features a dark purple hue with a blurred crowd of people. Overlaid on this is a white network diagram consisting of numerous small dots connected by thin lines, creating a web-like structure that suggests digital connectivity and data flow.

O PAPEL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE ELEITORAL EM 2022

BALANÇO 1 | SETEMBRO 2022

BREVE APRESENTAÇÃO

Passados dois meses do lançamento do documento ***O Papel das Plataformas Digitais na Proteção da Integridade Eleitoral em 2022***, no qual organizações da sociedade civil e acadêmicas cobraram a adoção de medidas mais efetivas e adequação das diretrizes da comunidade contra conteúdos danosos que afetam o processo eleitoral brasileiro, promovemos aqui o primeiro balanço das políticas e da ação das empresas de tecnologia nesse período.

Esse balanço se concentra nas questões relativas às **seções 1 (Integridade Eleitoral) e 2 (Biblioteca de Anúncios)** do documento. A avaliação em relação aos temas de violência política e de desinformação contra o meio-ambiente e a Amazônia será feita em um próximo documento. É possível adiantar que as ações de combate à violência política se mostram insuficientes para conter a violência política de gênero e raça. Da mesma forma, nenhuma plataforma tem políticas efetivas para combater o negacionismo da crise climática e científica, o que demonstra total falta de comprometimento com esse tema central para o futuro da humanidade.

O problema da grande ocorrência de desinformação, discurso de ódio e violência política está relacionado ao modelo de negócios das plataformas, sendo, portanto, estrutural. Conteúdos com essas características geram mais engajamento, sendo, portanto, lucrativos para as empresas. Nesse sentido, o que fazemos neste documento é analisar as possíveis respostas imediatas das plataformas a serem tomadas ainda no período eleitoral, reconhecendo que elas serão necessariamente limitadas para lidar com o problema.

A menos de um mês do primeiro turno das eleições de 2022, houve algumas mudanças por parte das plataformas digitais na adaptação de suas políticas de moderação e remoção de conteúdo, mas há questões fundamentais não resolvidas que precisam ser objeto de atenção das empresas antes das eleições brasileiras.

A principal delas é que quase nenhuma plataforma tem política para impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder que não apelem explicitamente à violência. Isso significa que, em um cenário de crise institucional durante ou logo após as eleições, elas poderão se tornar ambiente de organização e promoção de ações antidemocráticas. Veja, ao final do documento, as demandas urgentes apresentadas às plataformas.

Destaques gerais

- De modo geral, as plataformas possuem políticas de combate à desinformação contra a integridade do processo eleitoral, mas a desinformação contra candidatos segue com poucas restrições, seja por ausência de políticas específicas (como no caso do **Twitter** e **YouTube**) seja por exceções dadas a políticos e candidatos (no caso do **Facebook** e **Instagram**).
- As plataformas da **Meta** não possuem políticas que determinem a ação em face de conteúdos comprovadamente falsos que alegam fraude eleitoral.
- À exceção do **Twitter**, nenhuma plataforma tem política para impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder que não apelem explicitamente à violência.
- Após a publicação do documento, **Facebook/Instagram**, **Google** e **WhatsApp** anunciaram mudanças (que estão citadas nos destaques detalhados por plataforma) em diálogo com a agenda apresentada no documento-base lançado no início de julho.
- O **Telegram** segue sem compromissos efetivos com a ação em face da desinformação e ataques à democracia. A plataforma não tem política publicada sobre o tema.
- Todas as plataformas digitais informam ter protocolos para reagir de forma imediata a situações de crise política, mas esses procedimentos não são publicizados e não há clareza sobre como tais empresas vão parametrizar a gravidade de tais atos e que tipo de ações serão tomadas.
- Os **Memorandos de Entendimento** firmados com o **TSE** são limitados e claramente insuficientes para limitar a desinformação no processo eleitoral. Ainda assim, sua implementação avançou por parte das plataformas, à exceção do **Telegram**, que não incorporou em suas políticas as promessas que fez em março deste ano.

Depois de lançado, o documento, que já contava com apoio de **90 entidades**, teve **26 novas adesões**, incluindo a *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC). Também foi lançado [documento internacional](#)¹ de apoio, que conta com **26 instituições internacionais**, incluindo a *Global Witness*. O documento base e a lista atualizada com os **116 signatários** estão em <<https://democraciapedesocorro.com>>.

¹ Link: <<https://www.globalwitness.org/en/press-releases/open-letter-meta-tiktok-twitter-youtube-brazil-election/>>

DESTAQUES EM RELAÇÃO À INTEGRIDADE ELEITORAL E BIBLIOTECAS DE ANÚNCIOS

Redes abertas

∞ Facebook/Instagram (Meta)

- ▶ Tem parcerias com projetos de *fact-checking*, com redução de alcance de posts verificados na plataforma e sinalização de que há um esforço para aperfeiçoar os sistemas de detecção tanto de posts suspeitos quanto de posts checados.
- ▶ Proibiu, a partir do dia 16 de agosto de 2022, anúncios políticos que questionem a legitimidade das eleições brasileiras, com base em um experimento executado pela *Global Witness* que detectou 100% de falha no processo de filtragem de peças impulsionadas que infringiram as regras da plataforma. Apesar da atualização da política ser considerada um passo relevante, um monitoramento realizado pelo Netlab/UFRJ indica que novos anúncios políticos violadores continuam a não ser detectados e barrados pelo sistema do Facebook, o que evidencia ineficácia da medida.
- ▶ Houve ampliação do escopo de biblioteca de anúncios para incluir os mesmos temas considerados sensíveis nos Estados Unidos.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ⊖ A política de integridade eleitoral é a menos abrangente entre todas as plataformas abertas. Não classifica como desinformação, por exemplo, publicações que contenham alegações infundadas de fraude eleitoral, as quais não são consideradas, necessariamente, violadoras da política de integridade eleitoral. Também não limita ataques diretos à integridade do processo eleitoral.
- ⊖ O conteúdo postado por políticos (eleitos e candidatos) não é enviado para verificação e só está sujeito a políticas restritivas se ferir alguma outra regra da plataforma.
- ⊖ Não tem política específica para impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder que não apelem explicitamente à violência.
- ⊖ Por falhas no sistema de aprovação, tem permitido a postagem de anúncios com informações falsas e enganosas sobre o processo eleitoral brasileiro, como mostra experimento da organização *Global Witness* e monitoramento do NetLab/UFRJ.

Twitter

- ▶ Possui política de integridade cívica e eleitoral para enfrentar a desinformação contra o sistema de votação e o processo eleitoral.
- ▶ Realiza curadoria de tuítes para oferecer informações confiáveis sobre o processo eleitoral, a exemplo da aba “Eleições 2022” e da seção “*Moments*”.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ⊖ Informações enganosas sobre candidaturas só são moderadas ou removidas se violarem alguma outra regra da plataforma, como quando incorrem em discurso de ódio, conta inautêntica ou mídia sensível e manipulada etc.

YouTube

- ▶ Política de integridade eleitoral abrange conteúdos com alegações falsas de fraude nas urnas nas eleições brasileiras de 2014 e 2018, bem como informações incorretas sobre requisitos para candidatura e informações roubadas por *hackers*.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ⊖ Política de integridade eleitoral se restringe às alegações falsas de fraude nas urnas em eleições anteriores (2018 e 2014). Ou seja, não cobre casos em que se alega, de forma infundada, que o sistema de votação eletrônico do processo eleitoral a ser realizado, como o de 2022, ou qualquer eleição com uso de urnas eletrônicas, será ou foi fraudado.
- ⊖ Não há política específica para impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder que não apelem explicitamente à violência. Apesar de estabelecer que retira conteúdos “conspiratórios prejudiciais” e de “incitação à interferência em processos democráticos”, a plataforma não interpreta sua regra para casos do contexto brasileiro.
- ⊖ Sistema de recomendação privilegia vídeos de canais do grupo Jovem Pan tanto como primeira opção na homepage quanto como sugestão relacionada ao primeiro clique, segundo experimento realizado pelo Netlab/UFRJ baseado em contas recém-criadas, sem qualquer histórico de uso. A pesquisa mostrou que vídeos pró-Bolsonaro da Jovem Pan são os mais frequentes e os mais repetitivos, o que alerta para a produção de um desequilíbrio entre os candidatos na plataforma e falta de isonomia dos meios de comunicação.

Google (relatório de anúncios políticos)

- ▶ Política de integridade eleitoral abrange conteúdos com alegações falsas de fraude nas urnas em eleições anteriores e informações incorretas sobre requisitos para candidatura ou baseadas em informações roubadas por *hackers*.
- ▶ Plataforma anunciou a expansão da biblioteca de anúncios para propaganda para cargos estaduais, o que não estava previsto no primeiro semestre.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ⊖ O relatório não disponibiliza o download de anúncios, apenas *links*, o que dificulta a análise por pesquisadores independentes.
- ⊖ Os anúncios que violam políticas das plataformas são apagados, o que impede a avaliação deste tipo de conteúdo por pesquisadores.
- ⊖ Relatório de transparência sobre anúncios políticos inclui apenas aqueles anúncios que se referem diretamente a partido ou candidato, sem cobrir outros anúncios de temas sociais e caráter sensível.

TikTok

- ▶ Tem política ampla sobre integridade eleitoral, que proíbe conteúdo que engane os membros da comunidade sobre eleições ou outros processos cívicos (por exemplo, alegações de fraude eleitoral ou alegações de que o voto do usuário não será contado; conteúdo com data falsa para as eleições; tentativas de intimidar eleitores; supressão de voto etc.).

DESTAQUES NEGATIVOS

- ⊖ Não é claro como aplica a política ampla, já que faltam exemplos que sirvam de base para a análise de moderação e concretização da sua política.
- ⊖ Não tem política específica para impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder que não apelem explicitamente à violência.
- ⊖ Não tem medida adicional e política convergente preocupada em inibir a circulação de vídeos falsos e danosos em outras plataformas, especialmente em aplicativos de mensagem.

Kwai

- ▶ Possui políticas detalhadas relacionadas às eleições, com inclusão de alegações falsas sobre fraude eleitoral, vitória de determinado candidato e pesquisas de intenção de voto.
- ▶ A política de integridade eleitoral enfatiza o comprometimento em respeitar as legislações eleitorais dos países e engloba vídeos que violem normas e regulamentações relacionadas ao Código Eleitoral, a exemplo de compra de votos, arrecadação de recursos, etc.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ⊖ Não tem bibliotecas de anúncios, o que impede o acompanhamento do conteúdo político impulsionado durante as eleições.
- ⊖ Não tem medida adicional e política convergente preocupada em inibir a circulação de vídeos falsos e danosos em outras plataformas, especialmente em aplicativos de mensagem.

Aplicativos de mensagem instantânea

WhatsApp

- ▶ Prevê, em seus termos de serviço, que o aplicativo não pode ser usado ‘envolvendo declarações falsas, incorretas ou enganosas’.
- ▶ Monitora dados não criptografados (nomes e imagens de grupos, por exemplo) e tentativas de disparo em massa ou ações indevidas de automação.
- ▶ Anunciou que não vai implementar o Comunidades no Brasil até o fim das eleições.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ⊖ Baixa ou nenhuma capacidade de aplicar a própria política de não permitir o uso do aplicativo para circulação de informações enganosas e falsas. A empresa não informou se já sancionou qualquer conta por este tipo de violação, tendo dito apenas que a plataforma bane atualmente 8 milhões de contas todos os meses, no mundo, por violações aos termos da plataforma.

Telegram

- ▶ Não tem políticas de integridade cívica, eleitoral e de combate à desinformação, embora tenha firmado acordo com o TSE para detectar e mitigar a desinformação e condutas que violem os termos de uso da plataforma no Brasil.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ⊖ Não tem políticas de integridade cívica ou eleitoral ou ainda política que cite desinformação, o que torna vazio o acordo com o TSE.
- ⊖ Foi a única plataforma que não se dispôs a dialogar efetivamente com as entidades signatárias do documento, tendo promovido reunião pró-forma com escritório de advocacia.

As organizações envolvidas continuarão mobilizadas para que as plataformas digitais ampliem seus mecanismos de proteção à integridade eleitoral e à democracia brasileira. Com vistas à proteção da ordem democrática brasileira, conclamamos as plataformas a adotar, de imediato, as seguintes medidas:

Meta:

- Passe a classificar como desinformação publicações que contenham alegações infundadas de fraude eleitoral.
- Adote política específica (ou detalhe políticas existentes) para impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder, ainda que não haja apelo explícito à violência.

YouTube:

- Adote política específica (ou detalhe políticas existentes) para impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder, ainda que não haja apelo explícito à violência.
- Estenda sua política para considerar como desinformação sujeita a ações da plataformas os casos em que se alega, de forma infundada, que o sistema de votação eletrônico do processo eleitoral de 2022 é ilegítimo e está sendo objeto de fraude.
- Reconfiguração imediata do sistema de recomendações para garantir neutralidade política nos conteúdos recomendados aos usuários.

Google

O Google, no que se refere a seu relatório de transparência de anúncios políticos:

- Mantenha, em seu relatório, anúncios que tenham sido banidos.
- Adote o formato de biblioteca de anúncios para incluir não apenas *links*, mas também o conteúdo dos anúncios, a fim de facilitar a análise por pesquisadores independentes.

TikTok

- Adote política específica (ou detalhe políticas existentes) para impedir chamados à sublevação contra a ordem democrática ou à interferência na transmissão pacífica de poder, ainda que não haja apelo explícito à violência.

Kwai

- Estabeleça uma política de transparência de anúncios políticos.

Telegram

- Estabeleça e efetivamente aplique uma política para proibir desinformação sobre eleições nos seus canais e grupos públicos.

WhatsApp

- Aplique sua política de não permitir o uso do aplicativo para circulação de informações enganosas e falsas, a partir das denúncias de usuários.

ORGANIZAÇÕES SIGNATÁRIAS

342Amazônia	Coalizão Negra por Direitos	Instituto de Referência Negra Peregum	Observatório do Clima
342Artes	COESUS – Coalizão Não Fracking Brasil	Instituto de Governo Aberto	Observatório para qualidade da Lei – UFMG
350.org	Compós – Associação Brasileira os Programas de Pós-Graduação em Comunicação	Instituto E se fosse você?	Observatório Político e Eleitoral (OPEL)
4daddy	Conectas Direitos Humanos	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	OCM – Observatório do Carvão Mineral
Abaré Jornalismo	Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável	Instituto Hori Educação e Cultura	OPG – Observatório do Petróleo e Gás
Abong	CTI – Centro de Trabalho Indigenista	Instituto Marielle Franco	Oxfam Brasil
Abpcom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã	Diálogo Brasil	Instituto Novos Paradigmas	Plan International Brasil
ABRAJI	Digital Const UFMG	Instituto Piracicabano de Estudos e Defesa da Democracia – IPEDD	ponteAponte
Abrapcorp – Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas	FALA	Instituto Physis – Cultura & Ambiente	Projeto de Combate à Desinformação – Campos Gerais
Ação Educativa	Folkcom – Rede de Estudos e Pesquisas em Folkcomunicação	Instituto Talanoa	Projeto Hospitais Saudáveis
Agência Ambiental Pick-upau	Frente Favela Brasil	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania	Projeto Mentira tem Preço
Agência de Jornalismo UEPG (Programa de Extensão)	FBOMS – Forum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento	Instituto Update	Projeto Saúde e Alegria
Agência Diadorim	Fundación Avina	Instituto Vamos Juntas	Purpose Campaigns
Aláfia Lab	GESTOS	Instituto Vladimir Herzog	Rede Conhecimento Social
Aliança Nacional LGBTI+	Grupo Ambientalista da Bahia	INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação	Rede GTA
Aprec – Ecossistemas Costeiros	Grupo de Pesquisa Cnpq Narrativas Tecnológicas	Intervozes	Rede Nacional de Combate à Desinformação
Apremavi	Grupo de Pesquisa em Mídia e estudos do imaginário	IPAD SEJA DEMOCRACIA	SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Arayara.org	IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil	Ipê – Instituto de Pesquisas Ecológicas	SBPJOR – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	lepé-RCA	ISPN	Site Avoador da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
ABRAFH – Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas	Im.pulsa	Jornalistas Livres	Sleeping Giants Brasil
Associação de Moradores da Vila Mariana	International Center for Information Ethics	Kurytiba Metropole	Socicom – Federação das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação
Associação roraimense pela diversidade sexual – Grupo Diversidade	Instituto 5 Elementos	Marcha Mundial por Justiça Climática	SOS Amazônia
A Tenda	Instituto Alziras	Mater Natura	SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
Casa Galileia	Instituto Arueras	Movimento Político pela Unidade – MPpU	TerraAzul
Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis	Instituto Clima de Eleição	Mulheres Negras Decidem	Think Olga
Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé	Instituto Cultura e Democracia – Desinformante	Netlab – UFRJ	Uma Gota no Oceano
Centro Popular de Direitos Humanos – CPDH	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Baiano – IDSB	NOSSAS	UniBrasil
Coalizão Direitos na Rede	Instituto de Direitos Humanos, Econômicos e Sociais – IDhES	Novelo Data	Via Goietê
		Núcleo de Pesquisa Mídia, Conhecimento e Meio Ambiente da UFRR	Washington Brazil Office
		Observatório da Política nacional de Resíduos Sólidos	WWF Brasil